

Formação acadêmica e seu vínculo à práxis no Serviço Social

Hans-Georg Flickinger*

Resumo – O Serviço Social vive da tensão entre conhecimento teórico-objetivo e um saber que nasce da intervenção profissional na realidade social. Em contrapartida à histórica do Serviço Social no Brasil, a formação do Assistente Social na Alemanha vem lutando, desde sua profissionalização, pelo seu reconhecimento acadêmico. O trabalho mostra que o desprezo da experiência prática como fonte do saber é um fenômeno das ciências modernas, baseadas na idéia da razão instrumental. A partir do exemplo da história da parteira enquanto profissão, retoma-se o conceito clássico da “phrónesis”, isto é, um saber prático que exige a auto-reflexão da práxis com vistas à teoria e vice-versa. Dá-se ao Serviço Social a qualidade de uma ciência compreensiva, fundadora tanto da práxis, quanto da teoria do seu relacionamento mútuo.

Palavras-chave – Teoria e práxis. Phrónesis. Ciência compreensiva. Profissionalização. Serviço social.

Abstract – Social Work is situated in the tension between theoretical knowledge and a knowledge that comes from professional intervention in social reality. In opposition to the history of Social Work in Brazil, the formation of Social Workers in Germany is struggling – since the beginning of the professionalization – for its academic recognition. The essay shows that the sub estimation of practical experience as a fountain of knowledge pertains to modern science which is based on the idea of an instrumental ratio. With the example of the history of the obstetricians as a professional will be remembered the classical concept of “phrónesis” as a practical knowledge that attributes to Social Work – by the means of selfreflexion of the praxis in front of theory and vice versa – the quality of a comprehensive science, apt to found as well the praxis, as the theory and their mutual relationship.

Key words – Theory and praxis. Phrónesis. Comprehensive science. Professionalization. Social Work.

Desde sua origem, o Serviço Social vem discutindo os fundamentos de sua cientificidade, sem chegar a um consenso no que se refere a um seu possível paradigma unívoco. Desde a noção de uma “ciência autêntica do Serviço Social” até a convicção de que esta área impossibilitaria a fundamentação de um paradigma científico próprio, encontram-se argumentos consideráveis neste conflito.¹ Por mais diversas que sejam estas posições, não há como negar o fato de o conhecimento objetivo e metodológico, que vem crescendo com uma dinâmica surpreendente ao longo das últimas décadas, ter encontrado uma ampla fonte em experiências profissionais, cuja marca principal é – além da análise e do diagnóstico de riscos e crises sociais – a intervenção nas mais diversas áreas da sociedade. Qualquer tentativa de determinar o campo de ação do Assistente Social, única e exclusivamente a partir de um olhar

* Professor da Universidade de Kassel na Alemanha; Doutor na área de Filosofia pela Universidade de Helderberg/Alemanha.

¹ Ver, p.e., H. Thiersch/K. Grunwald/S. Kongeter: Lebensweltorientierte Sozialarbeit, em: W. Thole, Grundriss Soziale Arbeit, Opladen, 2002, p. 161-178.

que objetifica o mundo social, corre o risco de negligenciar o ser essencialmente envolvido naquelas estruturas sociais que constituem o âmbito de sua intervenção, próprio ao Assistente Social. Aí, o espaço social apresenta-se como horizonte intransponível dentro do qual temos de movimentar-nos. Trata-se de um horizonte não estável, senão processante, que vive da construção e reconstrução permanentes das relações sociais e ao qual, cada um, mesmo sem se dar conta disso, contribui com seu agir. Compreender este âmbito do agir inclui, portanto, um compreender-se a si mesmo como ator nele envolvido. Neste sentido, as ações profissionais, interessadas na solução, ou pelo menos no manejo de problemas sociais, têm de levar em consideração essa mútua interdependência entre conhecimento teórico-objetivo da realidade e um saber que nasce somente de e na intervenção profissional nesta mesma realidade. Chegamos aí a uma característica importante do Serviço Social, a saber, sua necessária capacidade auto-reflexiva enquanto profissão, frente às experiências práticas com um espaço social que se recusa ser entendido como mero objeto do conhecimento. Ao que tudo indica, trata-se de uma relação complexa entre conhecimento teórico e a práxis profissional; uma relação que deveria influenciar também a articulação das demandas a serem respeitadas na formação acadêmica dos profissionais.

Desde os anos 40 do século passado, a formação do Assistente Social, em nível acadêmico, no Brasil, não encontra mais objeção séria. Muito pelo contrário, a qualificação acadêmica no Brasil vê-se aperfeiçoada e ampliada cada vez mais e com resultados bastante animadores. No entanto, fazendo parte do espaço acadêmico, o Serviço Social enfrenta um desafio permanente, oriundo de sua própria peculiaridade enquanto campo intervencionista na sociedade, pois, em vez de querer enquadrar-se no leque de ciências que vêm na sua (suposta) objetividade, o critério por excelência de sua natureza científica, o Serviço Social reconhece na práxis social uma fonte importante da construção de seu conhecimento. Mais ainda, ele aposta na compreensão da realidade social e, com isso, numa postura ética frente a essa mesma realidade, renunciando com isso à validade exclusiva do critério da objetividade universal de seu conhecimento. Deste modo, ele vive com o estigma de não dispor de uma base firme ao seu saber, ou seja, tendo que legitimar, sempre de novo, sua autêntica cientificidade.

Esta situação característica para a formação acadêmica do Assistente Social no Brasil corresponde àquela que domina o debate acerca da formação acadêmica do Assistente Social na Alemanha; trata-se, porém, de uma correspondência inversa. Ora, a formação alemã enquadra-se na concepção da assim denominada “professional school”, isto é, numa concepção que visa, em primeira linha, à formação de um profissional capaz de – baseado no

conhecimento básico dos fatores responsáveis pelas deformações sociais e do instrumental metodológico-técnico – reagir adequadamente a situações sociais precárias e elaborar projetos de melhoria das condições de vida dos menos favorecidos na sociedade. Devido a esta orientação da formação quanto às competências profissionais necessárias do Assistente Social, não pode surpreender a resistência da “Academia” alemã de aceitar o Serviço Social como área científica, equipada com um paradigma próprio. Também, aí, o motivo mais persistente na desconfiança da Academia está no papel constitutivo da práxis profissional no que diz respeito à formulação do conhecimento fundamentador e dos caminhos metodológicos da área. A falta da objetividade científica como ideal do saber reconhecidamente científico vem impedindo, até hoje, a aceitação irrestrita do Serviço Social enquanto ciência acadêmica – com raras exceções.² Por isso mesmo, a necessidade de sua autolegitimação enquanto ciência está hoje absorvendo energia importante.

Como se vê, a situação do Serviço Social no Brasil e na Alemanha não é tão diferente, já que, em ambos os casos – embora em condições institucionais não idênticas – questiona-se o papel da práxis profissional no processo da elaboração do conhecimento e dos meios metodológicos a serem respeitados. Vale a pena, portanto, tematizar esta questão à luz da relação entre conhecimento teórico e saber prático, oriundo da experiência profissional.

Ora, se quisermos legitimar a referência da formação acadêmica ao campo da práxis, referência indispensável na formação profissional do Assistente Social, vale lembrar, antes de tudo, que a cisão entre conhecimento teórico e saber prático baseia-se em motivos históricos, ou mais precisamente, em motivos surgidos na história da ciência, pois esta história reflete as mudanças verificadas no nosso modo de olhar e perceber do mundo. E aí podemos constatar que a época moderna levou o homem a transformar a realidade num mero objeto de conhecimento, colocando-a à disposição de sua vontade. A autonomia da razão, ponto de partida para a implementação abrangente de uma racionalidade instrumental, chegou a ser vista como instância última da legitimação de nosso saber. De mãos dadas, a própria realidade veio assumir o papel de produto da racional construção humana. Em vez de respeitar o mundo como ‘logos’, dentro do qual o ser humano deveria buscar seu lugar adequado, o homem não aceita mais, dentro da visão moderna, as irritações provindas de fora, ou seja, de um contexto por ele não dominado. A introdução revolucionária da perspectiva central, nas artes do século XIV, disso dá prova, pois representa o mundo segundo o olhar construtivo do sujeito. O desprezo da experiência prática como fonte do saber pode ser daí deduzido, na medida em que

² Na Alemanha, existem hoje apenas três cursos de formação acadêmica do Assistente Social; os demais realizam-se nas assim denominadas “Fachhochschulen”, isto é, Escolas Superiores de Profissionalização.

o conhecimento científico vê-se ameaçado por aspectos da práxis, incompatíveis com a autocerteza do conhecimento racional.

A pergunta de se o conhecimento teórico deveria ser visto como pressuposto para o agir adequado vem acompanhando a história do saber humano desde sua origem. O mesmo vale para a pergunta pela necessária correção da teoria frente a um saber conquistado na práxis. Ambas as perguntas indicam uma tensão aparentemente constitutiva entre teoria e práxis. Hoje em dia, o conceito 'teoria' aponta para a busca pela fundamentação de regras universais de nosso conhecimento e de nossas ações, ao passo que o termo 'práxis' significa o perseguir de um fim concreto à base da aplicação de procedimentos metodologicamente legitimados.

Visto sob este ângulo, já se percebe que a teoria necessita de uma certa distância em relação ao mundo concreto da vida, ao passo que a práxis nele intervêm, modificando-o necessariamente. Parece-me ser esta uma tensão básica, vivida pelos profissionais do Serviço Social. Voltaremos a este ponto mais adiante. Antes, recorreremos a um pequeno esboço de Immanuel Kant, no qual o autor argumenta, nas trilhas do pensamento iluminista de sua época, em favor da primazia do conhecimento científico.

Neste esboço de 1793,³ Kant abordou a questão da validade prática do conhecimento teórico. Comprometido com as idéias do Iluminismo (contemporâneo de sua época), ele defendia o conhecimento científico com base na construção racional, denunciando o saber fundamentado na experiência do mundo da vida como não científico. Segundo sua argumentação, à ciência caberia elaborar princípios e regras *universalmente* válidos e colocá-los à disposição para o agir. Assim, ela teria de assumir uma tarefa inviável para a experiência prática que, por sua vez, basearia seu conhecimento em condições *contingentes e externas*; diferença esta que impossibilitaria a validade universal do conhecimento prático. E Kant concluiu daí que o conhecimento científico não encontraria fundamento nenhum no saber prático, enraizado no mundo da vida, todavia aceitou que o conhecimento teórico não daria respostas a todas as demandas oriundas da experiência prática. Como se percebe, na concepção iluminista, a teoria e a práxis vêem-se claramente distinguidas, por assumirem tarefas aparentemente incompatíveis. Somente a partir daí nasceu o que conhecemos, hoje, como problema da relação entre teoria e práxis. Ao conhecimento teórico é atribuída validade universal; validade esta que, por razões principais, não poderia ser defendida no caso do saber prático. Este respeito quanto ao domínio da teoria em detrimento da práxis caracteriza, até

³ Immanuel Kant: Über den Gemeinspruch: Das mag in der Theorie richtig sein, taugt aber nicht für die Praxis; Akademie-Ausgabe v. VIII, Berlin, 1968, p. 273 -314.

hoje, a formação acadêmica de tradição iluminista. Por isso, a formação do Serviço Social baseada na concepção da “professional school”, isto é, comprometida com as necessidades do campo profissional, foi considerada um corpo estranho na Academia. Até há pouco tempo, na Alemanha, as portas das universidades ficaram fechadas para este tipo de formação; e no Brasil persevera ainda hoje a pressão para legitimar o Serviço Social a partir da fundamentação de um autêntico paradigma científico.

Frente a isso, parece compreensível, ao primeiro olhar, a tendência dominante de conceder primazia ao conhecimento dos especialistas teóricos em relação ao saber provindo da práxis profissional. No entanto, essa tendência choca-se com outra dinâmica, discutida como penetração crescente do cotidiano pelas ciências. Trata-se aí de fenômenos caracterizáveis pelo aumento das competências necessárias, a fim de que as pessoas possam movimentar-se, de modo adequado, numa sociedade cada vez mais marcada por estruturas e determinações técnico-científicas.

Pois bem, no momento em que se concede ao conhecimento teórico um tal lugar de destaque, os problemas daí provindos evidenciam-se sobretudo naqueles contextos caracterizados pelo convívio inevitável de ciência e do cotidiano. Ora, a cientifização do cotidiano não significa apenas a invasão do cotidiano pelo conhecimento teórico, senão também o desafio de conceder ao cotidiano um lugar importante dentro da própria ciência. Neste caso, porém, ocorre frequentemente o que podemos denominar uma certa resistência do saber prático contra sua própria inclusão como que ‘natural’ no conhecimento científico, pois o que aí está em jogo é a autenticidade da práxis e do saber dela nascido, contra uma sua submissão aos critérios da teoria. Não surpreende, portanto, que tal problema se evidencie, sobretudo, naquelas áreas de saber, nas quais, ou não se dispõe de uma teoria fundamentadora do saber, a qual tem de ser ainda elaborada, ou tendo sido já usurpada pelo saber teórico, passa a desrespeitar aspectos importantes da práxis experimentada.

As questões que surgem neste contexto complexo podem ser verificadas através de uma rápida exposição que considero exemplar, acerca do desenvolvimento da profissão da parteira. Exemplo esse que me parece muito esclarecedor também para a tensão entre teoria e práxis no campo do Serviço Social.

Originalmente, a parteira exerceu um ofício reservado a mulheres experimentadas, isto é, “sábias”. Essa sabedoria pressupunha a experiência própria enquanto mãe que já vivera o parto e tinha assim a vivência tanto da realidade física, quanto da psíquica. A essa concepção subjaz, por certo, a convicção de que o saber do mundo da vida nasce da experiência concreta, a qual se torna, assim, a base orientadora para o agir em situações precárias. Trata-se da

capacidade de levar em consideração todos os aspectos complexos, importantes para avaliar o parto enquanto processo igualmente físico, psíquico e social. Quem não viveu ainda a experiência – eis o pressuposto – não tem a possibilidade de lidar com os possíveis riscos que possam surgir num caso concreto. A mulher “sábia” dispunha deste conhecimento; por isso fez-se dela o perito no caso de necessidade de auxiliar no parto enquanto processo natural. A inserção do parto como evento social na comunidade dá-nos a entender a fonte ampla da qual tal saber prático se alimentava. Porém, com a cientifização da obstetrícia, tornada viável, entre outros, pela invenção dos instrumentos medicinais,⁴ o campo de ação das parteiras viu-se não apenas transferido do cotidiano social para instituições especializadas ou para a clínica, mas o parto, ele mesmo, viu-se transferido das mãos dessas mulheres sábias àquelas da Medicina enquanto ciência objetificadora, orientada à teoria e ao caso da exceção, isto é, da anormalidade do processo natural. A obstetrícia tornou-se, com isso, assunto de uma profissão cientificamente legitimada e a parteira perdeu sua função específica, a saber, a de representante de um saber do mundo da vida. Não é de admirar que assim, de mãos atadas, a parteira fosse submetida à Medicina enquanto ciência-guia. O que também levou a que o parto fosse interpretado, mais e mais, como caso possivelmente problemático da Medicina, em vez de se o aceitar como processo natural, inserido no mundo da vida social. De fato, o parto veio a perder, deste modo, o caráter de acontecimento social e de elemento na práxis do cotidiano, transformando-se numa ocorrência de risco, definida pela Medicina, cujo olhar profissional fixa-se muito mais no caso de risco extremo, do que no respeito à produtividade autônoma da natureza.

O exemplo da parteira enquanto profissão, cuja gênese na experiência prática vê-se substituída pela formação teórico-científica, aberta a qualquer pessoa sem experiência vivida, parece-me evidenciar três aspectos importantes para a compreensão do debate acerca da relação entre teoria e práxis, na formação do Assistente Social.

Primeiro, o Serviço Social desenvolveu-se também no contexto de experiências sociais do mundo da vida; ele não conseguiria reagir às crises aí experimentadas, sem entregar-se a este mundo e nele interferir com o objetivo de corrigi-lo. Seu “objeto” de intervenção tem sido, desde sempre, seu próprio ambiente social. E, desde o início, o seu saber baseava-se na experiência conquistada na práxis efetiva. Se o Serviço Social esquecesse este fato, ele esqueceria a fonte essencial de seu saber autêntico, mantendo sua dependência em relação ao conhecimento teórico, fundamentado pelas demais áreas científicas – pela Medicina, pelo

⁴ Ver Gernot Böhme: Alternativen der Wissenschaft, cap. II.1:Wissenschaftliches und lebensweltliches Wissen am Beispiel der Verwissenschaftlichung der Geburtshilfe, Frnakfurt, 1980, p. 27-53.

Direito, pela Psicologia etc. O signo de seu nascimento, enquanto Serviço Social, é a práxis. É ela que possibilita e corrige sempre de novo sua base teórica; signo este que, uma vez suprimido, levaria à autonegação do próprio Serviço Social como área autêntica do saber. Falar da relação entre teoria e práxis, no Serviço Social, significa, portanto, o reconhecimento do fato de a práxis profissional condicionar grande parte do conhecimento teórico e, ao mesmo tempo, que essa mesma práxis precisa simultaneamente estar aberta a sua orientação pelo conhecimento teórico. Ao que tudo indica, parece tratar-se aí de um círculo vicioso e, por isso mesmo, inaceitável. De fato, trata-se mesmo de um círculo argumentativo, mas não vicioso, por ser necessário à compreensão do que ocorre no Serviço Social, no qual tanto a práxis precisa ajudar a definir a teoria, quando esta última dá orientação à práxis. Um processo que não tem repouso, portanto. E não o tem nem pelo recurso à teoria, nem pela sua salvação na pura práxis. Como se vê, o círculo está inscrito ao Serviço Social como círculo imprescindível à sua própria dinâmica. E é neste sentido que o Serviço Social tem de contar e respeitar o saber prático, pois, oriundo da práxis, dela depende.

Segundo, o exemplo da parteira enquanto profissão dá-nos a entender algo sobre a relação do Serviço Social com outras áreas científicas. O Serviço Social deveria renunciar à sua orientação na idéia-guia de uma tradição epistemológica, acostumada a usar a ciência como instrumentário disponível, a ser aplicado no sentido de uma razão dita “instrumental” (Horkheimer; Adorno). No confronto com diversos campos das clássicas áreas científicas, o Serviço Social deveria aceitar a orientação teórico-científica destas áreas, única e exclusivamente como um desafio, no sentido de legitimar e defender seu próprio entendimento específico da relação produtiva entre teoria e práxis. Aliás, parece-me ser este o único enfoque aceitável do debate infeliz acerca de uma possível “ciência autêntica do Serviço Social”,⁵ que veio surgindo, ao longo das últimas duas décadas, na Alemanha. A legitimação da cientificidade própria do Serviço Social só pode ter sucesso à base da fundamentação do papel constitutivo a ser assumido pelo saber prático nessa área. A saber, justamente na direção do conceito grego da “phrónesis” (um saber nascido na práxis efetiva enquanto lugar da revisão incessante dos preconceitos teóricos), encontrado em Platão e Aristóteles, e que iria assumir um papel fundamentador na Hermenêutica.

Terceiro, que ligado a este segundo aspecto, tem a ver com a base afirmativa do Serviço Social em termos epistemológicos. Em contrapartida às tradicionais “ciências-guia”, comprometidas com o critério da objetividade e da capacidade explicativa do conhecimento

⁵ A. Scherr, Sozialarbeitswissenschaft. Anmerkungen zu den Grundzügen eines theoretischen Programms, em: W. Thole, Grundriss Soziale Arbeit, Opladen, 2002, p. 259-272.

científico, ciências estas que fazem da separação clara entre o sujeito conhecedor e o objeto a ser conhecido o fio condutor de seu entendimento, o Serviço Social representa uma ciência compreensiva, ou seja, uma ciência que se entrega à sua efetuação prática enquanto espaço em que o seu próprio conhecimento simultaneamente se configura e corrige. Compreender significa, aí, expor-se ao risco de confronto com o inesperado e alheio, ou seja, ao risco de que minha pré-compreensão teoricamente legitimada não se confirme. Pelo contrário, de que ela se veja exposta, na própria práxis, a um novo entendimento, levando-me a correções de minhas concepções prévias. A práxis do Serviço Social expõe-nos ao perigo permanente de nos vermos privados das bases supostamente seguras, tanto na teoria, quanto na práxis. Teoria e práxis interconectam-se, aí, de tal modo que se torna inviável retirar-se a um só dos dois lados, com o objetivo de chegar a uma perspectiva segura: ou a partir da teoria, ou a partir da mera práxis. O destino do Serviço Social consiste numa sua inquietude essencial, que não se define enquanto deficiência epistemológica, em relação às demais áreas científicas; muito pelo contrário, trata-se justamente nessa inquietude de uma chance inédita de afirmar o seu lugar autêntico dentro do leque das ciências modernas. A saber, como ciência do saber prático, da *phrónesis*, na qual a função da práxis enquanto função constitutiva, porque fundadora da teoria, não se pode realizar sem ter em conta os desafios provindos do conhecimento que ela mesma gerou e que a esclarece.